



**DISCURSO DO SANTO PADRE LEÃO XIV
AOS PARTICIPANTES NO XVII ENCONTRO ANUAL
DA «INTERNATIONAL CATHOLIC LEGISLATORS NETWORK»**

**Sala Clementina
Sexta-feira, 21 de agosto de 2026**

*Eminências,
Ilustres senhoras e senhores,
Estimados irmãos e irmãs em Cristo!*

É para mim uma alegria saudar-vos, membros da *International Catholic Legislators Network* e, em particular, os Cardeais Schönborn e Bo, Patronos desta Rede.

O tema do vosso encontro anual, “Dignidade humana e inteligência artificial: desafios, oportunidades e controle”, oferece-vos a oportunidade de refletir sobre uma das questões determinantes da nossa época. O extraordinário progresso da inteligência artificial continua a abrir horizontes que as gerações precedentes dificilmente poderiam ter imaginado. No entanto, cada conquista tecnológica apresenta também à humanidade uma questão moral: não meramente *o que podemos fazer*, mas *o que devemos fazer*? Na verdade, hoje a nossa família humana enfrenta uma escolha decisiva. Como escrevi na Carta encíclica *Magnifica humanitas*, podemos sentir-nos tentados a construir uma nova Torre de Babel, onde o poder, a eficiência e o domínio ofuscam o rosto da pessoa humana; ou podemos edificar uma civilização na qual a tecnologia sirva o desenvolvimento integral de cada pessoa (cf. nn. 7-10). A questão decisiva continua a ser a mesma: a tecnologia ajuda as pessoas a tornar-se mais fraternas e responsáveis para consigo mesmas e para com os outros? A este respeito, os princípios da Doutrina social da Igreja — a dignidade inviolável de cada pessoa, o bem comum, o destino universal dos bens, a subsidiariedade e a solidariedade — constituem os critérios seguros para o discernimento.

Caros legisladores, a vossa vocação coloca-vos no centro deste desafio. Responsáveis pela elaboração de políticas para a gestão da tecnologia em prol do bem comum, a vossa tarefa não consiste em impedir a inovação, mas em orientá-la com sabedoria (cf. Francisco, *Discurso aos participantes no encontro promovido pela International Catholic Legislators Network*, 27 de agosto de 2021). Uma

legislação sólida deveria incentivar a criatividade científica e tecnológica, salvaguardando os direitos humanos e, ao mesmo tempo, as liberdades fundamentais. Deveria salvaguardar os utilizadores contra a exploração, preservar a privacidade pessoal, assegurar a transparência no uso das tecnologias emergentes e garantir que elas fortaleçam as instituições democráticas.

Para tal finalidade, «são necessários quadros jurídicos sólidos, supervisão independente, utilizadores informados e um sistema político que não abdique da sua responsabilidade» (*Magnifica humanitas*, n. 106). Esta supervisão pode funcionar a vários níveis — local, nacional e internacional — facilitando o debate aberto sobre «os quadros éticos envolvidos e submetendo-os a normas comuns de justiça social» (n. 107), e garantindo que nenhuma ideologia ou interesse isolado determine os valores inerentes aos sistemas de inteligência artificial.

Ao mesmo tempo, o rápido desenvolvimento da inteligência artificial corre o risco de criar novas formas de dependência tecnológica, com as nações mais pobres que se tornam cada vez mais dependentes das mais ricas. Devemos permanecer vigilantes a este respeito, a fim de que a inovação não se torne mais um veículo de colonialismo ideológico ou económico (cf. nn. 178-179). Infelizmente, deparamo-nos com uma forma dissimulada de dominação quando os algoritmos decidem quem é visto, quem permanece invisível, quando as plataformas digitais moldam o discurso público sem prestar contas e quando a dignidade dos trabalhadores é subordinada à otimização dos sistemas (cf. nn. 95, 150, 171). Tais desenvolvimentos revelam uma nova face da antiga tentação de dominação e senhorio sem serviço.

Contra esta cultura do poder, a Igreja propõe «a civilização do amor» (Paulo VI, *Regina caeli*, 17 de maio de 1970; cf. *Magnifica humanitas*, n. 186) — uma civilização que governaria a inteligência artificial com sabedoria, cultivando corações capazes de caridade, compaixão e responsabilidade. Numa sociedade como esta, a primeira escola de humanidade seria a família. Pois é no seio da família que aprendemos, em primeiro lugar, a confiar antes de calcular, a ser generosos antes de competir, a dialogar antes de dividir e a amar antes de exercer o poder. Nunca se deve permitir que a inteligência artificial corra esta célula primária da sociedade, quer reduzindo as pessoas e as relações a dados e simulações, quer inundando a mente dos jovens com conteúdos que deturpam o desejo, quer ainda através de modelos económicos que tornam a vida familiar economicamente precária. Por esta razão, encorajo-vos a promover políticas que fortaleçam o matrimónio e as famílias, apoiem os pais na sua missão educativa e permitam que os jovens olhem para o futuro com confiança.

Estimados amigos, o mundo não precisa de uma inteligência artificial que diminua a humanidade; pelo contrário, tem necessidade de uma inteligência humana

iluminada pela sabedoria, de uma autoridade política orientada pela consciência e de uma inovação tecnológica guiada pela caridade. Só assim a inteligência artificial deixará de ser rival da humanidade, para se tornar servidora do bem comum.

Com estes pensamentos, rezo a fim de que as vossas deliberações produzam frutos abundantes para as vossas nações e para toda a família humana. Que a Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe do Bom Conselho, vos acompanhe sempre. Sobre vós, as vossas famílias e todos aqueles que foram confiados ao vosso serviço, invoco de bom grado as abundantes bênçãos de Deus. Obrigado!

L'Osservatore Romano